

Outra Educação é Possível: após três dias de debates, chega ao fim o Congresso da APP

Sob o lema “Outra Educação Possível”, mais de 700 educadores discutiram propostas em grupos de trabalho, que foram votadas e aprovadas

Chega ao fim na manhã deste sábado (13), o 14º Congresso Estadual da APP-Sindicato. Foram três dias de debates sobre as ações que deverão orientar a luta dos educadores nos próximos quatro anos contra os retrocessos na educação e por uma escola pública humanizadora, de qualidade e libertadora. Mais de 675 emendas retiradas dos Congressos Regionais foram apreciadas durante o encontro.

Sob o lema “Outra Educação Possível”, mais de 700 professores, funcionários de escola, estudantes e membros da comunidade escolar discutiram propostas em grupos de trabalho, que foram votadas e aprovadas para serem incorporadas na jornada de lutas do Sindicato. As proposições englobam pautas de aposentados, funcionários de escola, valorização salarial, a luta contra a privatização e militarização de escolas públicas, promoção da saúde de educadores e a defesa das carreiras.

Além das pautas específicas relacionadas às condições de trabalho, o plano de lutas é composto por diretrizes que orientam a atuação sindical nas políticas permanentes de relações étnico-raciais, mulher trabalhadora, direitos LGBTI+ e juventude.

A presidenta da APP-Sindicato, Walkiria Olegário Mazeto, disse que para além dos debates, a parte mais importante do Congresso é o compartilhamento de experiências e da vivência de educadores de várias partes do estado, país e do mundo.

“Quem participa da luta tem companheiros no mundo inteiro, porque vocês não se conheceriam se não fosse a luta deste sindicato. Então são pessoas que vocês conheceram, tiveram o prazer de



Imagem: Altvista / APP-Sindicato

Três dias intensos de debates em defesa da educação pública foram realizados durante o 14º Congresso Estadual da APP, no Expotrade, em Pinhais. Foram homenagens, memórias e fraternos encontros. No próximo período, a luta continua somando-se ao movimento “Não Venda a Minha Escola”, que é uma resposta ao Projeto Parceiro da Escola.

ouvir, são trabalhadores e trabalhadoras da educação que puderam compartilhar a experiência. É assim que a gente faz a luta”, completa.

Walkiria reforça que essa união é fundamental para que seja possível construir uma sociedade inclusiva e igualitária.

“Tivemos o lançamento do movimento “Não Venda a Minha Escola”, que ampliou para além da educação a nossa luta. Nós tivemos o apoio de outras categorias como os metalúrgicos e outros sindicatos, que junto de sua categoria anunciaram a adesão ao movimento. Então nós vamos ampliando a força quando outros se agregam às nossas pautas a defesa da escola pública”, finaliza Walkiria.

Por fim, com a cantiga “desenrola, bate e pisa no ratinho”, as crianças que participaram do Congressinho da APP realizaram uma apresentação sob a su-

pervisão do grupo Mirabólica, que realizou, por três dias, atividades pedagógicas com os pequenos.

Não Venda a Minha Escola

O lançamento do movimento é uma resposta ao projeto de privatização das escolas públicas, promovido por Ratinho Jr a partir do Projeto Parceiro da Escola, aprovado em junho deste ano. Segundo a medida, o governo pretende entregar 204 escolas nas mãos da iniciativa privada, subvertendo a proposta de educação pública e entregando verbas para empresas.

Após a aprovação da lei, as comunidades escolares votarão em suas regiões se aceitarão ou não o modelo nas escolas selecionadas pelo governo.

No lançamento, deputados, representantes do movimento estudantil e sindicatos que lutam pela educação pública discursaram e garantiram a sua união na luta contra a aprovação da privatização nas comunidades escolares.

14º Congresso Estadual da APP

O encontro é um dos maiores eventos do país sobre educação. Mais de 700 professores e funcionários de escolas de todas as regiões do Paraná participam da programação, no Expotrade Convention Center. Derrotar o projeto “Parceiro da Escola”, foi uma das pautas debatidas.

O evento promoveu uma intensa agenda de análises de conjunturas internacional, nacional, sindical, educacional e estadual, e também formulou a tese que orienta as lutas para os próximos quatro anos.

Parlamentares protocolam projeto de lei com reajuste salarial de 8,03% para servidores do Executivo

Descaso do governo Ratinho Jr com os trabalhadores obrigou deputados da Oposição a construir projeto para repor a inflação

O deputado estadual Professor Lemos anunciou na sessão da Assembleia Legislativa, desta segunda-feira (15), que a bancada PT-PDT protocolou projeto de lei para corrigir em 8,03% os salários dos servidores do Poder Executivo do Paraná, a partir de maio, mês da data-base desses trabalhadores. O projeto estabelece que o reajuste salarial será dividido em três parcelas de 2,61%, a serem aplicadas em janeiro, julho e novembro

A iniciativa acontece após decisão do governo Ratinho Jr de ignorar os servidores do Executivo. “Estamos protocolando projeto de lei de reposição salarial dos servidores do Poder Executivo. O governo deveria ter feito isso e não fez. Era obrigação dele”, disse Lemos em discurso na sessão.

O parlamentar lembrou que na semana passada foram votados na Assembleia Legislativa projetos de lei que corrigiram em 8,03% os salários dos servidores do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. “O projeto dos servidores do Executivo não chegou. Então construímos o projeto e estamos apresentando”, explicou.

Lemos ressaltou o desrespeito do governador Ratinho Jr aos servidores do Executivo. “É um direito de todo trabalhador brasileiro receber pelo menos a inflação do ano e o governo

Ratinho Jr não pagou em nenhum ano. Ele já está no seu segundo mandato e em nenhum dos anos repôs a inflação ao servidor do Poder Executivo”, afirmou.

Ratinho Jr tem desrespeitado a constituição do Paraná, a Constituição brasileira e a lei estadual que estabeleceu a data-base, disse Lemos na tribuna. “Ele desrespeita também os servidores do Paraná, sejam civis ou militares, da ativa ou aposentados. Isso é um absurdo e nós deputados não podemos assistir sem fazer nada”, afirmou.

O reajuste salarial dos servidores do Executivo é legal, é constitucional e o governo tem condições de pagar. “O Estado tem orçamento, tem dinheiro em caixa e tem margem fiscal. Não está fazendo porque não quer e desrespeitando quem trabalha e cuida dos serviços públicos em todo o estado do Paraná”, disse Lemos.

Há anos o governo Ratinho Jr desrespeita a Lei 15.512/2007, que regulamenta a data-base no Paraná. Em 2015, a partir da atuação dos sindicatos, a Lei 18.493 foi aprovada, estabelecendo datas e parâmetros para implementação da data-base para os anos de 2015, 2016 e 2017. No entanto, no ano seguinte, em nova lei estadual, o governo congelou os reajustes. Com isso, a defasagem acumulada já supera os 35%.

Confira todas as fotos do

 Congresso da APP-Sindicato
outra educação possível

Escaneie o QR Code

